



Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PLANO DE GOVERNO

GOVERNADOR: Gesiel Oliveira

VICE GOVERNADORA: ÁLIS VANZELER

PERÍODO 2023-2026

Acredite, o Amapá tem jeito!

2022

HISTÓRICO DO CANDIDATO

Meu nome é **Gesiel de Souza Oliveira**, Oficial de Justiça e Professor de Direito há 18 anos, amapaense, casado, graduado em Direito e Geografia pela UNIFAP, Universidade Federal do Amapá e Graduado em Teologia pela FATECH (Faculdade de Teologia e Ciências Humanas do Amapá), pós-graduado em Docência em Ensino Superior pela FACTECH, além de obreiro e missionário há 22 anos e Pastor Evangélico há 14 anos, atuando como vice presidente de uma das maiores convenções de Pastores do Amapá.

Esse é um programa de governo construído a partir do diálogo com as mais diversas categorias e ideias compartilhadas com técnicos de várias áreas em um debate multidisciplinar, ouvindo as necessidades da população por meio reuniões com entidades movidos pelo mesmo espírito cívico, patriota e pelo desejo de transformar nosso Estado num lugar melhor para se viver.

Trata-se de um processo empreendedor, de vanguarda democrático, inovador, e aberto, onde sempre que necessário iremos debater com a sociedade e aprimorar para que eu, sendo eleito, possa torná-lo a principal referência para a elaboração do Plano de Metas mensuráveis, e do Plano Plurianual de Investimentos.

Definimos cinco princípios que permeiam as diretrizes aqui apresentadas e que nortearão a nossa gestão: economia na gestão com economia na gestão pública, agregação de valores, inovação, participação, transparência e eficiência.

LISTA DE SIGLAS

ACIA--- Associação Comercial e Industrial do Amapá
ASPILs--- Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
CAESA --- Companhia de Água e Esgoto do Amapá
CBMAP --- Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amapá
CEA--- Companhia de Eletricidade do Amapá
CEDEC --- Coordenadoria Estadual de Defesa Civil
CEREST--- Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CREAP--- Centro de Reabilitação do Amapá
DETRAN --- Departamento Estadual de Transito
EJA--- Ensino de Jovens e Adultos
ESF--- Estratégia de Saúde da Família
FECOMÉRCIO --- Federação do Comércio de Bens Serviços e Turismo do Amapá
FIAP Federação da Indústria do Amapá
HE- Hospital de Emergência
HEMOAP Instituto de Hematologia e Hemoterapia
IAPEN --- Instituto de Administração Penitenciária do Amapá
IBGE --- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LACEN Laboratório Central do Estado do Amapá
LSPA --- Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MAPA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MOVA Movimento de Alfabetização
MTur-Ministério do Turismo
MS Ministério da Saúde
NASF-Núcleos de Apoio à Saúde da Família
PAI-Programa de Atendimento Infantil
PCCR Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração
PET Plano Estadual do Turismo
PNT - Plano Nacional do Turismo
PMAP- Polícia Militar do Amapá
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
POLITEC --- Polícia Técnica do Amapá
ONU -Organização das Nações Unidas
SAMU --- Serviço de Atendimento Móvel de Urgências
SDR-Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEDEL --- Secretaria de Estado de Desporto e Lazer
SEBRAE --- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI-Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAT Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SEPLAN --- Secretaria de Estado de Planejamento
SESI -Serviço Social da Indústria
SESAI Secretaria Especial de Saúde Indígena
SEST Serviço Social do Transporte
SUAS Sistema Único da Assistência Social
SUS --- Sistema Único da Saúde
UEAP---Universidade Estadual do Amapá
UNIFAP Universidade Federal do Amapá
UTI---Unidade de Tratamento Intensivo
ZARC--- Zoneamento Agrícola de Risco Climático
ZPE--- Zonas de Processamento de Exporta

SUMARIO

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO | 06 |
| JUSTIFICATIVA | 07 |
| Educação | 08 |
| Saúde | 10 |
| Segurança e Ordem Pública | 15 |
| Defesa Civil | 16 |
| Sustentabilidade | 17 |
| Cidades Sustentáveis e Mobilidade Urbana | 17 |
| Saneamento | 18 |
| Meio Ambiente | 18 |
| Cidadania | 19 |
| Assistência Social | 19 |
| Direitos Humanos | 20 |
| Juventude | 21 |
| Pessoas com Necessidades Especiais | 22 |
| Cultura | 23 |
| Esporte e Lazer | 24 |
| Desenvolvimento Econômico | 25 |
| Estradas | 28 |
| Comércio Exterior, Trabalho, Emprego e Renda | 28 |
| Ciência, Tecnologia e Inovação | 31 |
| Desenvolvimento Regional | 31 |
| Empreendedorismo | 32 |
| Infraestrutura e Logística | 33 |
| Política Agrícola | 33 |
| Turismo | 34 |
| | |

APRESENTAÇÃO

I. DIRETRIZES GERAIS DO PLANO DE GOVERNO DE 2023-2026;

Com base na lei eleitoral vigente, a proposta principal desse Plano de Governo do candidato ao Governo do Estado do Amapá Gesiel de Souza Oliveira, é criar um esforço coletivo pela igualdade, equidade, o empreendedorismo, produção alimentar, economia sustentável e justiça social. Saindo da zona de conforto e deixando de fazer apenas ajustes políticos, o objetivo principal é criar e colocar em prática ações que promovam mudanças benéficas, sem usar o oportunismo e a desonestidade intelectual, e sim criar estratégias claras, objetivas e eficientes que possam inovar, incluir, empreender e produzir.

A elaboração desse Plano de Governo foi construído por meio de compartilhamento de ideias dos atores envolvidos no projeto, em viagens realizadas em diversos municípios, ouvindo as mais diversas categorias, que auxiliaram a formatação desse plano de governo com metodologias focadas no modelo de Gestão Estratégica de Resultados economicamente viáveis, sustentáveis e eficientes.

As ações, os projetos e programas foram elaborados especificamente para cada setor de atividade governamental. Com o objetivo de executar, e até superar de maneira mais fiel possível, as demandas e os anseios do povo amapaense, os quais serão amplamente detalhados durante a campanha governamental.

Com projeção de crescimento populacional atual estimado em 877.613 hab habitantes (IBGE/2021), o Estado do Amapá, o qual é composto por 16 municípios, sendo que do total, 7 são divididos em distritos, enquanto que os 9 restantes são formados por apenas 1 distrito, o chamado Distrito-Sede ou sede municipal. Ao todo, existem 17 distritos (33 incluindo as sedes).

Com números tão relevantes e preocupantes, já que desde sua emancipação do Estado vizinho Pará, (e que conseqüentemente ocorreu a mudança de gestão política estadual), tudo foi feito de forma muito ineficiente e novo, acabando por desencadear um crescimento desordenado e graves conseqüências. Aliado à desorganização administrativa, inércia estatal, falta de prestação de contas, inexecução ou falta de projetos ao longo das últimas décadas, viraram rotina as diversas ações da Polícia Federal que foram realizadas constantemente ao longo dos últimos governos de viés esquerdista. Essa chaga da corrupção se instalou no Amapá e tem sido o principal “freio de mão” para o avanço e desenvolvimento do nosso Estado.

Para que a grande transformação ocorra é fundamental que as reformas e transformações tão ansiadas pela população amapaense como reforma dos serviços públicos, enxugamento da máquina pública, com o propósito de implementar uma verdadeira mudança política, social e econômica, com prioridades para as áreas de educação, saúde, segurança, cidadania,

empreendedorismo e produção alimentar, praticando as reformas necessárias, com o propósito de destravar as amarras que impedem o avanço do Amapá, tornando o compromisso com a população amapaense mais confiável e transparente com a gestão pública do seu Estado.

As Diretrizes do Plano de Governo organizam-se em duas bases fundamentais: **A Economia Estadual e as Políticas Públicas**, relacionadas em ordem alfabética, e que, por sua vez, abrangem diversos temas:

- ❖ Cidadania
- ❖ Economia
- ❖ Educação
- ❖ Sustentabilidade
- ❖ Saúde
- ❖ Segurança Pública
- ❖ Impulso a produção alimentar
- ❖ Empreendedorismo
- ❖ Povos indígenas

JUSTIFICATIVA

Nossa modernização e mudanças de diretrizes administrativas visa a construção de uma gestão pública planejada, eficaz, transparente e eficiente, que faça mais com menos e aumente os investimentos públicos com transparência do uso do erário público. Cujas formas de governar seja participativa, descentralizada, inclusive fisicamente, ética, com planejamento, transparência e monitoramento de projetos no interior do governo e pela sociedade, construindo um sistema de indicadores e um plano de metas eficaz. A nova gestão pública tem como foco das suas ações na melhor qualidade de vida do cidadão e cidadã, o que significa concentrar os esforços em políticas como a carta de serviços, com o intuito de prestar serviços públicos de qualidade aos amapaenses.

Quanto ao emprego dos recursos públicos, utilizar das ferramentas de novas tecnologias de informação e comunicação para garantir um maior acesso do conjunto dos munícipes aos serviços públicos e ampliar a transparência da execução destes recursos.

Atualmente o perfil da população amapaense é representado por 214,2 mil domicílios divididos por classe econômica em 39% classe C, 31% D, 21% E, e apenas classe A e B em 4% e 5% respectivamente, onde a base do salário médio varia entre R\$1.990 a R\$ 2.157 com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de R\$ 936,00 de acordo com recentes dados do IBGE. Esses dados reforçam a necessidade urgente de se criar políticas públicas, que possam realmente alavancar o crescimento e desenvolvimento do Amapá.

É preciso também investir na valorização dos servidores e servidoras estaduais, buscando a criação de perspectivas de crescimento profissional, de forma tanto a manter o atual quadro, quanto a tornar atrativa a carreira pública para profissionais técnicos, necessário para o aperfeiçoamento e qualificação do serviço público prestado à população.

O conjunto de reformas propostas por meio de Diretrizes desse Plano de Governo, possibilita condições viáveis para o desenvolvimento de políticas que possam estimular a geração de emprego e renda, fomentar a economia local garantindo a melhoria da qualidade de vida do povo amapaense

EDUCAÇÃO

Por fim, resta ainda salientar a nossa prioridade à educação e à cultura enquanto uma aposta para o futuro próximo. É no campo da educação que apoiamos fortemente a nossa concepção de desenvolvimento. Porém, não em uma educação que se pauta apenas na infraestrutura material (bons prédios, uniformes e materiais escolares a todos(as) os alunos(as), considerada por nós, obrigação primeira, mas sim, em uma educação inclusiva que se volte centralmente a oferecer o acesso, a permanência em um ensino de qualidade, garantindo conhecimento de acordo com o ciclo a todos(as) os alunos(as).

Para tanto, é nossa diretriz tornar o ensino fundamental sob a responsabilidade do município, garantindo aos estudantes as condições adequadas para a aprendizagem e conferindo autonomia e base para o prosseguimento dos estudos em nível médio e superior.

Em relação ao ensino médio, asseguraremos uma formação profissional de qualidade em condições de habilitar o ingresso qualificado no mercado de trabalho em uma perspectiva de estímulo ao desenvolvimento e competitividade local, tendo à frente a UEAP (Universidade do Estado do Amapá), como interlocutora privilegiada de um projeto de desenvolvimento que fomenta a pesquisa e a extensão e que venha ao encontro das expectativas de desenvolvimento do Amapá. Valorização salarial dos professores, demais técnicos e agentes educacionais, com apoio aos seus planos de cargos e salários, estímulo e capacitação constante.

No campo da política cultural, afirmamos a cultura, para além das artes e letras, como os modos de vida, as crenças, os valores, as práticas e os hábitos de um povo. Respeito às culturas e matizes religiosas. O fazer da cultura somente encontrará êxito em uma visão ampla de desenvolvimento, tendo a cultura como centro das estratégias urbanas, nas quais estão fortemente interligados os aspectos econômico, social, cultural e humano, que contribuem para melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, minorar desigualdades sociais e promover a inclusão.

Com vistas a alcançar tal desenvolvimento, introduziremos o conceito de cidade criativa a fins de gerar as condições tecnológicas e ambientais para que a criatividade possa emergir e se desenvolver; valorizar a cultura e desenvolver a criatividade no próprio território e entre os habitantes, para reinventar o sentido de comunidade; recuperar o interesse do indivíduo pela participação política e cidadã e criar um ambiente colaborativo entre os diversos setores públicos e da sociedade com vistas a transformar a cidade em um sistema criativo, integrado, eficaz e com nossa identidade cultural.

Essa é uma perspectiva que exige um comprometimento do conjunto de

políticas públicas no Amapá, transformando-o em um Estado do conhecimento, criatividade e educação.

Estamos tratando aqui de garantir para o Amapá princípios que orientem o crescimento do seu espaço de inclusão digital baseado na interconexão acessível para todos, na criação de comunidades virtuais e na inteligência coletiva.

O estímulo ao desenvolvimento da inteligência coletiva deve se configurar em uma estratégia fundamental de desenvolvimento pautada na ideia de articulação em rede voltada para o desenvolvimento humano, econômico, social e a produção cultural.- DIRETRIZES

- ✓ Implantar a escola em tempo integral, ampliando, gradativamente, a carga horária do aluno no ensino fundamental I e II e ensino médio, garantindo o atendimento com profissionais qualificados e atividades diversificadas (esportivas, artísticas, aulas de idiomas, entre outras), adequando a estrutura e utilizando outros espaços, entre eles;
- ✓ Apoio com material escolar de qualidade para os alunos da rede de ensino, no início do ano letivo;
- ✓ Oferecer material didático de qualidade para os alunos da rede estadual de ensino;
- ✓ Ampliar gradativamente as vagas em tempo integral para os alunos das rede estadual;
- ✓ Consolidar o atendimento da SEDEL como uma referência de política pública de atendimento integrado: educação, cultura, esporte e lazer;
- ✓ Construir novos equipamentos de educação, garantindo 10.000 novas vagas de escolas estaduais;
- ✓ Garantir alimentação qualificada, diversificada e balanceada para todos os alunos das escolas estaduais de ensino, construindo um cardápio diferenciado, que considere os hábitos, costumes e necessidades alimentares em cada região da cidade;
- ✓ Garantir refeições diárias para os alunos do ensino médio nas escolas de tempo integral, assim como área de descanso, entre os turnos, adequada para os alunos;
- ✓ Garantir o acesso dos alunos jovens e adultos ao EJA, ao Brasil Alfabetizado e ao Mova
 - Movimento de Alfabetização ampliando o número de vagas e salas nas comunidades, bem como investir na capacitação dos educadores e educandos. Além disso, fazer divulgação das atividades para jovens e adultos em toda a cidade;
- ✓ Criar os Centros de Formação Profissionalizante;
- ✓ Qualificar e ampliar a oferta de cursos nos Centros Públicos Profissionalizantes;
- ✓ Potencializar os programas de educação para o mundo do trabalho, dirigido aos adolescentes de 14 a 17 anos;

- ✓ Propor cursos profissionalizantes integrados à elevação de escolaridade (ensino fundamental) para jovens, adultos e pessoas com deficiência, que considerem e respeitem as suas necessidades e potencialidades, permitindo suas inserções no mercado de trabalho;
- ✓ Estabelecer política de formação e informação educação para desenvolvimento econômico em parceria com o Sistema S (SESI, SENAI, SENAC, SEST/SENAT, SEBRAE);
- ✓ O ensino de libras nas escolas deve merecer um estudo mais prático por parte da Secretaria Estadual de Educação;
- ✓ É também prioridade neste Governo rever os PCCR (Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração) das categorias, que estão bastante defasados;

✓ **2. 2 - SAÚDE**

Há um retrocesso da cobertura assistencial e desorganização da assistência à saúde para as famílias no Estado do Amapá. Mesmo com aumento de repasse específico para o atendimento na atenção básica e saúde bucal pelo Ministério da Saúde, com recuo considerado na cobertura assistencial para a população do Amapá.

No plano geral para o setor de saúde propõe-se articular as ações e estruturas do Sistema Único de Saúde (SUS) com as das demais áreas de governo em âmbito municipal, estadual e federal.

Dedicar atenção especial à recuperação da Saúde no Amapá, significa valorizar a pessoa humana e as famílias, que tem direito à plenitude da vida, de viver bem, de viver seguro, ter acesso ao trabalho decente, poder amar com liberdade, criar seus filhos e envelhecer dignamente.

2.2.1 - DIRETRIZES

- ✓ Implantar mais 5 UPAs 24h (Unidades de Pronto Atendimento), duas em Macapá, uma em Santana, uma em Laranjal do Jari e uma no Oiapoque em parceria com o Governo Federal, e garantir o melhor funcionamento das 3 existentes;
- ✓ Construir o Hospital de Urgência/Emergência com 300 leitos;
- ✓ Retomar o processo de reorganização administrativa da Secretaria de Saúde;
- ✓ Implantar o necessário apoio logístico, a fim de dinamizar a área da saúde do município, garantindo agilidade nos processos de aquisição de insumos e medicamentos, manutenção de equipamentos, reformas e construções das unidades administrativas, bem como contratação de recursos humanos;
- ✓ Realizar um planejamento das ações de governo para a área da saúde, visando à humanização, a ampliação do acesso e a qualidade das ações e serviços de saúde;

- ✓ Restruturação da área de faturamento, para credenciamento de novos serviços e de captação de recursos e de apresentação de novos projetos, com o objetivo de ampliar os repasses federais e estaduais;
- ✓ Revisão dos critérios de qualificação técnica e profissional para o exercício dos cargos de gestão, com exigências para elevar a qualidade das políticas públicas na área da saúde, inclusive em serviços terceirizados;
- ✓ Implantação de política de humanização e de capacitação permanente para os trabalhadores da área;
- ✓ Criar o Curso de Enfermagem na UEAP (Universidade Estadual do Amapá), com construção do Hospital Universitário Estadual e buscar parceria com o hospital universitário da UNIFAP (Universidade Federal do Amapá);
- ✓ Ampliar parcerias com universidades e escolas técnicas;
- ✓ Estabelecer programa de incentivo considerando o aperfeiçoamento e atuação profissional;
- ✓ Garantir o Portal da Saúde para dar transparência na Gestão Estadual e das resoluções e atas do Conselho Estadual de Saúde;
- ✓ Reestruturação da rede de atenção a saúde do Amapá integrada à rede regional; Programa de apoio, monitoramento e avaliação do acesso e qualidade das ações e serviços de saúde;
- ✓ Estabelecer um núcleo de orientação, junto à Secretaria de Saúde, aos municípios que utilizam da Saúde Complementar, como forma dar suporte e de assegurar os direitos de acesso aos planos de saúde privados;
- ✓ Contratação de terceiro setor exclusivamente para a execução de objetos bem delimitados, quando o poder público não possuir capacidade técnica e operacional para realiza-los. A seleção dessas entidades deverá ser pública e incluir exigências de competência comprovada e reconhecimento social na área de atuação;
Garantir o atendimento das Farmácias 24 horas no Pronto Socorro Estadual de Macapá e UPA`s;
- ✓ Garantir a entrega de medicamentos à domicílio a moradores com mais de 70 anos;
- ✓ Implementar Política de Assistência Farmacêutica Estadual, de modo a garantir o acesso da população aos medicamentos necessários;
- ✓ Estabelecer protocolos de distribuição de medicação de alto custo com a Secretaria Estadual de Saúde na rede estadual de saúde, ampliando o acesso aos municípios que apresentam necessidades específicas para o seu cuidado;
- ✓ Retomar a implantação da Informatização da rede de Saúde com a reestruturação de um Sistema Integrado com monitoramento dos principais problemas de Saúde da população Amapaense;
- ✓ Criar uma rede inter-setorial que fortaleça as relações entre a Secretaria

- de Saúde e outras secretarias;
- ✓ Desenvolver Plano de Trabalho junto aos conselhos locais, assegurando os princípios da humanização e da gestão participativa, no sentido de fortalecer a comunicação entre a população e a gestão;
Realizar encontros populares periódicos, com temas específicos da saúde, abertos à população;
 - ✓ Dar continuidade ao processo de educação permanente dos conselheiros de saúde. Implementar em parceria com o Conselho Estadual, conselhos locais de Saúde o Jornal do Controle Social do SUS do Amapá;
 - ✓ Criar o Fórum Social da Saúde para divulgação e debate da importância e as ações da gestão e do controle social no estado do Amapá;
 - ✓ Elaborar mapa de riscos à saúde dos municípios incluindo o risco dos ambientes do trabalho e seu entorno;
 - ✓ Retomar a estratégia da vigilância ambiental em saúde, como ferramenta de articulação das ações de prevenção, promoção e de educação à saúde;
 - ✓ Reestruturar a atenção à saúde em consonância com as diretrizes da política nacional para a saúde do trabalhador, fortalecendo o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), para avaliação e estabelecimento do nexo causal do processo de adoecimento no trabalho;
 - ✓ Reestabelecer a vigilância à Saúde dos trabalhadores nos ambientes de trabalho; Estabelecer política ágil, moderna, qualificada, participativa e transparente para as questões que envolvem o licenciamento sanitário às empresas prestadoras de serviços;
 - ✓ Organizar o sistema de vigilâncias para o controle do risco à saúde do meio ambiente, dos estabelecimentos e empresas que estão sob a responsabilidade da Vigilância Sanitária;
 - ✓ Organizar as vistorias em conjunto às vigilâncias Epidemiológicas, Ambiental, Saúde do Trabalhador e Educação em Saúde para orientação da população sobre os riscos e danos à saúde;
 - ✓ Garantir as ações de controle de doenças endêmicas e epidêmicas, como a Dengue;
 - ✓ Intersecção real com os recursos da Rede Básica de Saúde, de tal modo que as ações de vigilância epidemiológica tenham base nos territórios das unidades, com a participação efetiva destas;
 - ✓ Organização de cursos populares sobre as doenças de notificação, visando dar instrumentos à população para que esta seja agente das ações de vigilância;
 - ✓ Criar uma Comissão Permanente de Saúde e Meio Ambiente na SMS, reunindo técnicos dos vários órgãos estaduais e municipais envolvidos com as ações pertinentes aos grandes eixos da saúde ambiental: água,

- ar, solo, acidentes com produtos químicos e acidentes naturais;
- ✓ Reestruturar o Centro de Controle de Zoonoses de forma a atender e atuar nas políticas públicas de controle de doenças e agravos relacionados a animais e meio ambiente;
 - ✓ Implantar o Programa de Agentes Comunitários de Saúde em 100% das Unidades das cidades na Estratégia de Saúde da Família (ESF), priorizando os bairros de maior vulnerabilidade e exclusão;
 - ✓ Reestruturar e adequar as Unidades Básicas de Saúde para atender as necessidades e demandas da população;
 - ✓ Implementar políticas de incentivo para valorização dos profissionais de nossa rede assistencial, captando novos e estimular os profissionais que já atuam na Rede; Implementar os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), composto por nutricionistas, fisioterapeutas, psicólogos, profissionais de apoio à saúde mental, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, educadores físicos para atuarem junto às equipes nos cuidados das famílias;
 - ✓ Buscar cooperação técnica com o Ministério da Saúde para promover o bom funcionamento da rede de serviços, ampliando e qualificando a gestão do cuidado do munícipe na rede municipal de saúde;
 - ✓ Ampliar o atendimento em acupuntura e das práticas integrativas e complementares de forma integrada na rede de atenção, garantindo e ampliando as possibilidades de cuidado com nosso cidadão;
 - ✓ Implantação das equipes de saúde bucal na ESF (Estratégia Saúde da Família);
 - ✓ Reestruturar o Centro de Reabilitação (CREAP) moderno voltado às pessoas deficientes, vítimas de acidentes de trânsito e acidentes de trabalho;
 - ✓ Ampliar o atendimento e as possibilidades terapêuticas como hidroterapia e a equoterapia para pacientes agudos e crônicos;
 - ✓ Aprimorar os programas de atenção integral à saúde da criança e do adolescente, da juventude, da mulher, do adulto, do idoso, do trabalhador, das pessoas com deficiência, DST/AIDS e de saúde mental;
 - ✓ Estabelecer uma política integrada e inter-setorial para a pessoa Idosa;
 - ✓ Criar Centro de Referência do Idoso com atendimento em reabilitação, cuidados diários, capacitação de cuidadores, autoestima, atividades físicas, atividades sociais, atividades de trabalho remunerado e voluntariado e de lazer de forma integrada à rede de atenção básica;
 - ✓ Implantar o Projeto: “Amapá, um Estado bom de viver”, com enfoque na qualidade de Vida e de promoção como das Academias de Saúde, e projetos de promoção da saúde alinhados às políticas federais;
 - ✓ Reestruturar a Rede de Prevenção à Violência e Abuso Sexual, recuperando as diretrizes da política de proteção às mulheres vítimas de violência;
 - ✓ Reduzir os coeficientes de mortalidade visando o cumprimento do Pacto

- Nacional de Redução da Morte Materna e Neonatal;
- ✓ Fortalecimento do comitê de saúde da população negra;
 - ✓ Implantação de uma Central de Regulação Informatizada com avaliação dos critérios de risco para as prioridades quando necessárias;
 - ✓ Participação ativa nos fóruns e câmaras técnicas regionais para a pactuação dos recursos;
 - ✓ Fortalecer e ampliar o quadro de especialistas nos centros regionais de saúde;
 - ✓ Criar um Centro de Diagnóstico Estadual para exames ambulatoriais, endoscopia, ultrassonografia, colonoscopia, audiometria, testes ergométricos;
 - ✓ Ampliar a cobertura de exames laboratoriais nos serviços da rede de atenção à saúde utilizando o Laboratório Central do Estado (LACEN);
 - ✓ Retomar a construção da Rede de Atenção Psicossocial com novos dispositivos comunitários, prioritariamente os CAPS III, adultos e infanto-juvenis, e reforma, ampliação e qualificação dos existentes;
 - ✓ Implantar o Programa federal “Crack, é Possível Vencer”, em parceria com os programas “Territórios da Paz”, Economia Solidária, Cultura Viva e Pro-Moradia;
 - ✓ Criar uma política municipal de cuidado integral às pessoas em vulnerabilidade devido ao abuso de consumo de substâncias psicoativas, ampliando equipamentos com viabilidade técnica e financeira junto ao governo federal;
 - ✓ Implantação junto ao governo federal o Programa de Consultórios de Rua e criar as Repúblicas Terapêuticas para o combate ao álcool e outras drogas;
 - ✓ Criar programa de capacitação em economia solidária para os profissionais afastados por sofrimento físico e mental;
 - ✓ Criação de uma Unidade de Ortopedia e Traumatologia no Centro Hospitalar, separada da Clínica Cirúrgica, visando internação de pacientes em pré e pós-operatório de casos de fraturas;
 - ✓ Criação de uma Unidade de Leitos de Isolamento no Centro Hospitalar;
 - ✓ Ampliar o número de leitos de UTI adulto e UTI pediátrica no Centro Hospitalar, com extensão de credenciamento desses leitos junto ao Ministério da Saúde;
 - ✓ Criação de uma Unidade de Hospital Dia, para agilizar a realização de procedimentos cirúrgicos de pequena e média complexidade, para diminuição da "fila de espera" desses procedimentos;
 - ✓ Implantação de novos procedimentos, diagnósticos e terapêuticos, para que se reduza a média de permanência hospitalar;

- ✓ Readequação do Pronto Socorro, Hospital Geral, Pronto Atendimento Infantil (PAI);
- ✓ Implantar leitos nos Hospital Geral, Pronto Atendimento Infantil (PAI) e Maternidade Mãe Luzia. Capacitando os profissionais para o atendimento às dependências químicas e no enfrentamento às drogas, principalmente o Crack;
- ✓ Criar o Hospital da Mulher aos preceitos da Humanização e qualificação do atendimento;
- ✓ Implantar o projeto Rede Cegonha do Ministério da Saúde em conjunto com toda rede assistencial dos municípios do Amapá;
- ✓ Implementar ações de vigilância alimentar e nutricional para a prevenção e controle dos agravos e doenças decorrentes da má alimentação, realizando inquéritos populacionais para o monitoramento do consumo alimentar;
- ✓ Organizar um Centro de esterilização e de Emergência Animal Doméstico em parceria com a Associação dos Médicos Veterinários e com a uma escola de psicologia animal para dar sustentação à população de como criar animais;
- ✓ Cumprir, de acordo com sua competência legal, a lei de maus tratos de animais e fazer gestão para a criação de uma Delegacia de Proteção Animal;
- ✓ Convenio e cooperação junto com a POLITEC (Polícia Técnica do Amapá), para cadastro único das crianças nascidas no Amapá bem como das pessoas atendidas pelo Hospital de Especialidades, Maternidade e UPAS e no futuro Hospital Escola da UNIFAP;

2.2.2 - DIRETRIZES POR SERVIÇOS OFERECIDOS NO SETOR DE SAÚDE DO ESTADO.

❖ LACEN

Convênio com a UEAP para aproveitamento dos acadêmicos especialista; Colaboração com o controle único de saúde a ser implantado pela secretaria de saúde, onde se cadastrará todos os cidadão através de seus respectivos DNAs;

Neste órgão, todos os exames estarão vinculados a cada pessoa de tal forma que cada cidadão terá acesso a seu prontuário médico online em qualquer lugar do mundo.

❖ INSTITUTO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - HEMOAP

Produção de hemocomponentes para atendimento da rede hospitalar pública e privada do Estado do Amapá e atendimento a pacientes hematológicos.

Estímulo aos apenados do IAPEN para doação voluntária de sangue visando os benefícios que a lei já promove aos doadores de sangue.

2.3. SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

A proposta desse plano para a área de segurança pública tem enfoque principal de combate à violência de qualquer tipo, em especial para o enfrentamento dos temas mais centrais.

Implantação de reformas de atuação visando a modernidade com ideias inovadoras a serem aplicadas nos setores de segurança pública, tornando-as eficientes.

DIRETRIZES

1. Adequação do Conselho De Segurança para atuação conjunta da Policia Civil, Policia Militar, Bombeiros e Politec como sistema único de Segurança;
2. Eliminação de 88 cargos e contratos, possibilitando uma redução anual de mais de R\$2.465.000,00;
3. Informatização de todo os procedimentos policiais desde o registro de ocorrência até a elaboração de Inquéritos e termos circunstanciados
4. Extinção dos veículos de uso administrativo, mantendo-se todas as atividades burocráticas pela internet através de sistema a ser implantado em parceria com o Prodap. Todos serviços serão efetuados online e os eventuais veículos necessários serão utilizados exclusivamente para Investigação , ronda ostensiva, fiscalização , atendimento de urgência;
5. Implantação do sistema de monitoramento em todas as cidades do Estado por câmeras de segurança de alta resolução, com o controle total por parte da Policia Militar, possibilitando que quase qualquer crime possa ser imediatamente constatado e visualizado em gravação, endossando a prisão em flagrante. Com este sistema há diminuição da necessidade de rondas ostensivas, com economia de veículos, combustíveis e manutenção das viaturas;
6. Cadastramento dos nascituro no Estado com coleta e cadastramento de material genético;
7. Cadastramento dos internos no IAPEN de reconhecimento facial e material genético para eventual comparação;
8. Instituição de departamento na DEFENSORIA PÚBLICA para defesa criminal e administrativa de todos os agentes de segurança que agirem dentro de suas atividades;
9. Criação do programa tolerância zero a qualquer tipo de infração criminal com investimento no setor prisional de modo a assegurar o recolhimento de todos os criminosos.

10. Instalação de novas unidades prisionais;
11. Instalação de pavilhões com celas de acordo com a legislação para recepção de presos nos sistemas fechado e semi aberto;
12. Investimento humano e social nas áreas de maior incidência criminal e catalogação de reconhecimento facial e material genético de todos os infratores para facilitação da identificação das autorias de crimes;
13. Informatização do DETRAN facilitando a obtenção de atendimento via internet através de sistema a ser implantado pelo PRODAP;
14. Desburocratização com a extinção dos reconhecimentos de assinaturas em documentos que não são exigidos por leis federais;
15. Cadastramento de todos os veículos que trafegam no Amapá com mais de seis meses para regularização junto ao DETRAN/AP, incluindo-se empresas de Ônibus e veículos de locadoras;
16. Criação de uma cozinha Industrial a ter mão de obra pelos Internos do IAPEN em trabalho de ressocialização do interno;
(OBS.: Estes trabalhos serão organizados em Parceria Público Privada por empresas com notório conhecimento na área específica)
17. Criação do polo hortifrutigranjeiro a ter mão de obra pelos Internos do IAPEN em trabalho de ressocialização do interno;
(OBS.: Estes trabalhos serão organizados em Parceria Público Privada por empresas com notório conhecimento na área específica)
18. Criação de uma oficina mecânica a ter mão de obra pelos Internos do IAPEN em trabalho de ressocialização do interno para manutenção dos veículos oficiais; (OBS.: Estes trabalhos serão organizados em Parceria Público Privada por empresas com notório conhecimento na área específica);

2.3 - DEFESA CIVIL

A defesa ou proteção civil constitui o processo contínuo pelo qual todos os indivíduos, grupos e comunidades gerem os perigos num esforço de evitar ou de amenizar o impacto resultante da concretização daqueles perigos.

As ações a tomar dependem em parte das percepções do risco por parte dos problemas a ele expostos. Uma defesa ou proteção civil eficiente baseia-se na integração de planos de emergência, com envolvimento de agentes governamentais e não governamentais a todos os níveis.

As atividades desenvolvidas a qualquer nível irão afetar os outros níveis. É comum colocar a responsabilidade pela defesa ou proteção civil governamental a cargo de instituições especializadas ou integrada na estrutura convencional dos serviços de emergência.

2.3.1 - DIRETRIZES

- ☐ Capacitar recursos humanos para as ações de Proteção e Defesa Civil;

- ❑ Promover a mobilização social com vistas à implantação e operacionalização de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil;
- ❑ Identificar, avaliar e mapear áreas de risco e recomendar a intervenção preventiva, o isolamento e a evacuação da população de áreas e de edificações vulneráveis;
- ❑ Priorizar às ações preventivas e de preparação para os desastres;
- ❑ Produzir dados e informações estatísticas sobre as ocorrências de desastres, elaborar relatórios quantitativos e qualitativos e compartilhar a informação com outros órgãos integrantes do SINPDEC;
- ❑ Elaborar e implementar os Planos de Contingência e Plano de Obras Preventivas;
- ❑ Manter um posto de comando para gestão de desastres em conformidade com o sistema de comando de incidentes (SCI);
- ❑ Prever recursos orçamentários próprios para as ações de proteção e defesa civil.

2.4 – SUSTENTABILIDADE

O Desenvolvimento Sustentável ou simplesmente Sustentabilidade é um conceito que corresponde ao desenvolvimento ambiental das sociedades, aliado aos desenvolvimentos econômico e social. O conceito clássico de Sustentabilidade é:

“Sustentabilidade é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações”.

Em outras palavras, o desenvolvimento sustentável é aquele que assegura o crescimento econômico, sem esgotar os recursos para o futuro. O conceito surgiu, em 1983, criado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (ONU). O desenvolvimento sustentável tem como princípios:

- ❖ Desenvolvimento econômico
- ❖ Desenvolvimento social
- ❖ Conservação ambiental

Para isso, são priorizadas ações em prol de uma sociedade mais justa, igualitária, consciente, de modo a trazer benefícios para todos. Ao mesmo tempo, deve-se reconhecer que os recursos naturais são finitos.

2.5 - CIDADES SUSTENTÁVEIS E MOBILIDADE URBANA

A redução da mobilidade urbana nos nossos grandes centros tem trazido imensos prejuízos à qualidade de vida, degradando os espaços

públicos, com sérios danos ambientais e em consequência, à saúde pública.

2.5.1 - DIRETRIZES:

- ✓ Implementação da Mobilidade Urbana no Estado, com priorização do transporte público nos municípios tornando o uma alternativa viável e concreta em relação ao transporte individual;
- ✓ Buscar oferecer mobilidade sustentável para os municípios amapaenses por meio da integração dos diversos modais de transporte público em operação, pela continuidade e aceleração das obras em curso, pela expansão dos atendimentos às regiões metropolitanas e pelo incentivo à incorporação de inovações nas soluções já existentes e a serem implementadas;
- ✓ Articulação dos diversos agentes envolvidos, no âmbito estadual e municipal, para aumentar a integração do transporte urbano com outras políticas públicas, como o uso do solo, habitação e meio ambiente, buscando atender, inclusive, aos novos conglomerados urbanos;
- ✓ Apoio à inovação e criação de novas soluções tecnológicas e à busca de recursos para investimentos como PPP e concessões de operações urbanas;
- ✓ Apoio aos estados e municípios na implantação de centros integrados de logística, na busca de soluções para a redução de trânsito de veículos pesados nos grandes centros, e na implantação de sistemas ciclo viários nas cidades;
- ✓ Estímulo à adoção de políticas estaduais, metropolitanas e municipais relativas à mudança do clima, com ênfase em medidas de mitigação e adaptação;
- ✓ Desenvolvimento de novos indicadores de qualidade de vida, com o objetivo de orientações do poder público e apoiar os cidadãos na formulação de suas demandas;
- ✓ Incentivo à renovação e a modernização da frota de trens, metrô e ônibus, impondo novos parâmetros de qualidade de acordo com o tamanho das cidades;
- ✓ Incentivo à adoção de horários variados para jornadas de trabalho, evitando-se os períodos de *rush*, tendo o poder público como importante indutor da mudança;
- ✓ Apoio a novos modais alternativos de transporte, como as ciclovias;
- ✓ Transferência da malha ferroviária de cargas para o Estado;
- ✓ Criação de marcos regulatórios para o trânsito em pequenas cidades;

2.6 - SANEAMENTO

O setor de saneamento é considerado um dos maiores gargalos de infraestrutura brasileira, tornando-se um sério problema de saúde pública, agride o meio ambiente e inibe a indústria de turismo e a geração de empregos, pouco ou nenhum acesso às redes de esgoto e água do brasileiro.

No Amapá os serviços são precários e operacionalmente pouco eficientes em saneamento, com praticamente pouco investimento em projetos e em pesquisa e desenvolvimento nessa área. Na verdade, não existem investimentos em ações tecnológicas, elas estão ultrapassadas e ineficientes, provocando dificuldades no abastecimento e consequentemente ao serviço público.

2.6.1 - DIRETRIZES:

- ✓ Estímulo à modernização da gestão dos prestadores dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos;
- ✓ Promoção e apoio a campanhas de conscientização do combate ao desperdício de água, e estímulo ao uso racional de água na irrigação agrícola;

2.7 - MEIO AMBIENTE

Com a modernização e ampliação do conhecimento sobre o conceito de Cidadania Planetária no final do século passado houve o crescimento de investimentos em conjuntos de novos direitos e deveres em consequência das ameaças à vida do planeta.

Temas como aquecimento global, poluição química, desajuste do ecossistema começaram a fazer parte dos governos e toda a comunidade mundial. Com o objetivo de oferecer ao povo condições de viver de forma saudável, consumindo alimentos e água saudáveis, assim como condições de mobilidade urbana, saúde, educação, cultura e lazer.

2.7.1 - DIRETRIZES:

- ☐ Fazer com que o governo seja o protagonista na coordenação e articulação com a comunidade e os parceiros;
- ☐ Adotar um modelo de governança que possa atribuir responsabilidades ambientais às instâncias municipais encarregadas das políticas setoriais, com metas de qualidade ambiental a serem cumpridas;
- ☐ Reconhecimento e valorização do papel das populações tradicionais na conservação da biodiversidade mediante política e legislação específicas;
- ☐ Gestão das Unidades de Conservação como instrumento de desenvolvimento regional;

- ☐ Promoção de processos de restauração dos biomas, objetivando assegurar a capacidade de provimento de serviços ecossistêmicos;
- ☐ Firmar parcerias entre os municípios, sociedade civil, iniciativa privada, comunidade científica e proprietários rurais para viabilizar com clareza e planejamento as políticas urbanas sustentáveis, como o transporte público sustentável, a construção de edifícios sustentáveis;
- ☐ Implantar projetos de energia sustentável.

2.8 - CIDADANIA

As políticas sociais são indiscutivelmente os melhores instrumentos de transformação da vida de qualquer um, tendo o papel relevante a assistência social na vida do cidadão.

A extinção da pobreza e desigualdades sociais tem que ser uma das prioridades de um governo, cabendo ao mesmo o papel de identificar as necessidades básicas da população e garantir a ela o acesso a serviços de boa qualidade.

2.8.1 - DIRETRIZES

- ☐ Garantia de atenção integral à primeira infância;
- ☐ Implantação de política pública de cuidadores de idosos e de pessoas com deficiências que dependam de cuidados de terceiros;

2.9 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

A política pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada as políticas setoriais, considerando as desigualdades socio territoriais, visando seu enfrentamento a garantia dos direitos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

2.9.1 - DIRETRIZES

- ☐ Prover projetos, programas, serviços e benefícios de proteção social básica, e/ou especial para a famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem;
- ☐ Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar;
- ☐ Garantia dos Direitos Humanos;
- ☐ Garantir a gestão do Sistema Único da Assistência Social (SUAS);
- ☐ Aprimorar e fortalecer os Conselhos e Organizações Sociais do Estado do Amapá,

2.10 - DIREITOS HUMANOS

- ✓ O Estado passará a adotar a mesma linha e tratamento aos homens e às mulheres de forma a não haver mais discriminação entre os sexos;
- ✓ A conscientização de que a capacidade é que deve definir a individualização;
- ✓ O Estado promoverá a punição de qualquer tipo de discriminação em razão do sexo das pessoas;
- ✓ Às mulheres vítimas de abusos sexuais ou violência doméstica, o Estado promoverá sua inclusão social através de apoio psicológico e social, promovendo a facilitação ao mercado de trabalho como forma de erradicar as consequências existentes;
- ✓ Adotaremos estratégias e intervenções que incorporem as mulheres como grupo prioritário para desenvolver o combate à discriminação. Instituiremos políticas que de fato melhorem a qualidade de vida das mulheres na sociedade e transformem as relações sociais de gênero no interior da máquina pública;
- ✓ Desenvolveremos políticas públicas específicas para mulheres em articulação com as demais políticas de governo, que promovam a igualdade real entre mulheres e homens. Assim, nos colocamos em sintonia com um Brasil que cresce e supera desigualdades e reafirma seu compromisso com as mulheres e toda a sociedade;
- ✓ Construir um diagnóstico das mulheres na cidade com realização de pesquisa, incluindo levantamento de informações sobre o perfil social das mulheres vítimas de violência;
- ✓ Organizar sistema de informações e banco unificado de dados sobre violência doméstica, juntamente com as áreas da saúde e da segurança;
- ✓ Ampliar o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres e construir indicadores para acompanhá-lo e avaliá-lo periodicamente;
- ✓ Garantir a assistência integral às mulheres que sofrem violência doméstica e sexual, aprimorando, ampliando e consolidando a rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, em parceria com outros poderes e órgãos públicos;
- ✓ Capacitação de funcionários das várias áreas: operadores(as) de direitos, da segurança pública, da assistência social, da saúde e da educação para o enfrentamento à violência contra as mulheres, ao tráfico de mulheres e meninas e à exploração sexual, garantindo a notificação compulsória e assegurando que os dados sejam registrados para o acompanhamento e o monitoramento pelo estado;
- ✓ Promover a prevenção da violência contra a mulher por meio de campanhas socioeducativas e do estímulo à estruturação de redes comunitárias de solidariedade;
- ✓ Investir na elevação da escolaridade e na qualificação e formação profissional, garantindo igualdade de acesso aos programas de qualificação que não reproduzam o confinamento das mulheres às

profissões vistas como femininas;

- ✓ Articular políticas e ações com Universidade do Estado do Amapá (UEAP) e outras instituições de ensino superior, visando promover novas cadeias produtivas ou sofisticar as existentes, garantindo qualificação e acesso para mulheres em oportunidades de economia criativa e inovação tecnológica;
- ✓ Desenvolver políticas ativas frente ao mercado de trabalho com a finalidade de estimular o aumento da taxa de atividade feminina, de formalização dos empregos e da ocupação de postos executivos e de comando, promovendo a igualdade salarial na articulação de ações com o empresariado e o movimento sindical;
- ✓ Promover a valorização e o reconhecimento da contribuição econômica das mulheres por meio da assistência técnica, do fomento ao empreendedorismo, associativismo e cooperativismo, especialmente através do fortalecimento das redes de mulheres na economia solidária e pelo associativismo de crédito;
- ✓ Assegurar o atendimento integral à saúde da mulher em todas as fases de sua vida, com garantia de qualidade dos serviços e respeito às usuárias da saúde pública;
- ✓ Reduzir os coeficientes de mortalidade, visando o cumprimento do Pacto Nacional de Redução da Morte Materna e Neonatal;
- ✓ Implantar o Plano Estadual de Enfretamento à Feminização do HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis;
- ✓ Reduzir significativamente o índice de analfabetismo das mulheres;
- ✓ Incrementar o trabalho de educação sexual nas escolas, investindo nos(as) adolescentes para tornarem-se multiplicadores sobre prevenção à DST/AIDS e gravidez não planejada;
- ✓ Assegurar serviços públicos que garantam a corresponsabilidade na educação e cuidados dos/das filhos e filhas, tais como creches em horário integral, política de alimentação em creches e escolas, ampliação do número de vagas em creches públicas, bem como fomentações no âmbito da iniciativa privada principalmente no planejamento e construção de novos conjuntos habitacionais. Assim como restaurantes populares que garantam alimentação de qualidade e baixo custo;
- ✓ Melhorar a mobilidade urbana estadual, com transporte público acessível, de qualidade, com uma releitura do urbano a partir do olhar feminino e levando-se em conta as especificidades da mulher;
- ✓ Assegurar o atendimento prioritário à demanda de moradia para as mulheres vítimas de violência doméstica;
- ✓ Resgatar as mulheres como protagonistas culturais que fizeram a história no Estado do Amapá em diferentes áreas de atuação;
- ✓ Promover campanhas publicitárias que busquem eliminar discriminações e abordagens estereotipadas sobre a mulher;
- ✓ Zelar pela utilização da linguagem inclusiva em materiais públicos;
- ✓ Promover ações voltadas ao protagonismo e formação das mulheres jovens;

- ✓ Implantar Serviço de Acolhimento para mulheres em situação de rua e de violações de direitos;

2.11 - JUVENTUDE

O Brasil possui cerca de 50 milhões de jovens, com idade entre 15 e 29 anos, que já demonstraram determinação em assegurar seus direitos e ocupar um lugar de destaque no processo de desenvolvimento do país. Hoje, apesar dos avanços que a juventude vem conquistando, não só no Brasil, mas em diversos países, sabemos que muitos dos mais de um bilhão de jovens do Planeta permanecem sem acesso a direitos básicos, como saúde, educação, trabalho e cultura, sem falar dos direitos específicos, pelos quais vêm lutando, de forma cada vez mais expressiva nos últimos anos.

A quantidade de amapaenses entre 15 e 29 anos que nem trabalhava nem estudava em 2017 subiu 0,2 ponto percentual em relação ao ano anterior, totalizando 63 mil indivíduos conhecidos como 'nem-nem'.

O levantamento inclui pessoas que não tiveram emprego e nem estavam matriculadas em uma escola, faculdade, curso técnico de nível médio ou de qualificação profissional.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O aumento no ano passado em relação a 2016 foi de seis mil jovens que permaneceram sem qualquer ocupação.

Os números mostram que do total de jovens "nem-nem", 68,7% eram homens e 85,9% eram pretos ou pardos. A taxa de analfabetismo dos amapaenses acima dos 15 anos ficou em 5%.

2.11.1 - DIRETRIZES

- ☐ Elaborar o Plano Estadual de Apoio à Juventude, que dará as diretrizes para as políticas públicas realizadas;
- ☐ Construir o Mapa da Juventude do Estado para compor um diagnóstico sobre a situação dos jovens dos municípios e entender os principais aspectos de vulnerabilidade e demanda juvenil;
- ☐ Criar um amplo Plano de Qualificação Profissional para a juventude que aumente o acesso ao ensino superior e técnico de qualidade (assegurando capacitação e encaminhando para o emprego);
- ☐ Fomentar a criação de cursinhos comunitários e polos presenciais da Universidade Aberta do Brasil (ensino à distância) nas periferias de Macapá utilizando da mão-de-obra dos acadêmicos das Universidades Públicas através de seus estágios;
- ☐ Criar o Centro de Referência da Juventude, pensando em uma unidade móvel, e criar mais espaços públicos de integração e articulação dos jovens;
- ☐ Criar o “Juventude Amapaense”. Um edital que premia iniciativas

individuais e coletivas de jovens nas áreas de cultura, esporte, lazer e educação;

- ☐ Inserir o Amapá nas principais políticas voltadas para a Juventude disponíveis no governo federal, como o Pronatec e programas semelhantes. Essas são políticas públicas voltadas para a complementação escolar, a formação profissional e o fortalecimento da cidadania;
- ☐ Implementar programas que articulem políticas de transferência de renda, formação profissional e acesso a políticas públicas de cultura, esporte e lazer;
- ☐ Criar o Programa de Saúde da Juventude dentro das escolas de primeiro e segundo grau que priorize a saúde preventiva, conscientize os infantes e os jovens para a redução de acidentes e violências e a capacite recursos humanos para o trabalho com a juventude;
- ☐ Fortalecer as políticas de segurança que incorporem as especificidades da juventude na prevenção, na interação com os operadores de segurança pública e no combate qualificado à violência, garantindo ao jovem o seu desenvolvimento saudável e seguro;
- ☐ Garantir na política cultural o acesso e a produção de bens culturais, por meio do financiamento direto dos jovens, da construção descentralizada de equipamentos públicos de difusão cultural (cinemas e teatros públicos, centros culturais e bibliotecas);
- ☐ Ampliar e fortalecer as políticas de combate à discriminação e valorização da diversidade com recorte de gênero, étnico-racial e de diversidade sexual;

2.12 - PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Criar condições, espaços e estruturas para promover a educação inclusiva para reverter o percurso da exclusão da pessoa com deficiência, observando plena acessibilidade atitudinal e arquitetônica na oferta dos serviços e locais para as pessoas com deficiências.

2.12.1 - DIRETRIZES

- ☐ Nas áreas de circulação recomenda-se que se utilize faixas no piso, com textura e cor diferenciadas, para facilitar a identificação do percurso para deficientes visuais;
- ☐ Verifique os obstáculos existentes nas áreas de circulação e principalmente se tais obstáculos sofrem mudanças de localização periódica ou eventualmente;
- ☐ Nos elevadores, as botoeiras e comandos devem ser acompanhados dos signos em Braille;
- ☐ Para um número de parada superior a dois andares, deve também haver comunicação auditiva dentro da cabine do elevador, indicando o andar

onde o elevador se encontra parado;

- ☐ Identificar os sinais luminosos que existem no ambiente de trabalho, para que sejam acompanhados por sinais sonoros;
- ☐ Implantar software com sintetizadores de voz nos computadores;
- ☐ Discutir junto ao Conselho Estadual de Educação a implantação do Ensino de Braille nas escolas estaduais do Amapá;

2.13 - CULTURA

Apesar do Brasil possuir uma vasta cultura popular, ainda há muitos entraves no setor, como a falta de equipamentos, espaços e oportunidades para as práticas culturais. No entanto, ressalta-se várias iniciativas da população com ações e projetos focados para a contribuição da melhoria e transformação social por meio do setor.

O setor cultura no Estado com toda sua riqueza necessita de condições para a implantação de projetos que contribuam para o fomento das instituições e formação dos atores envolvidos no setor.

Muitas vezes, todos os esforços dos realizadores culturais centram-se apenas na concretização de um produto cultural. Seja um filme, uma peça teatral, um espetáculo de dança, uma exposição ou um livro, a iniciativa se esgota na obra cultural em si.

Para tanto, a proposta de fazer a interação entre cultura e educação, ação decisiva e primordial será decisiva no processo de emancipação do jovem amapaense, que vive numa sociedade multicultural. Considerando que enquanto a cultura estimula a afirmação de identidades pessoais e sociais, a educação fornece o repertório comum da vida em sociedade.

2.13.1 - DIRETRIZES

- ☐ Realizar ações culturais nos bairros, por meio do reconhecimento e valorização de artistas locais e a partir de parcerias com a sociedade;
- ☐ Mapear a diversidade cultural, através de levantamento das diferentes características de ocupação dos bairros, de suas memórias, de suas manifestações artísticas e populares e do patrimônio cultural (material e imaterial);
- ☐ Organizar Jornadas Culturais, com promoção de encontros entre artistas locais e regionais para intercâmbio e circulação de espetáculos, exposições e outras produções culturais e troca de informações de interesse comum;
- ☐ Fortalecer programas de formação artística e cultural;
- ☐ Viabilizar um Centro de Criatividade e Inovação Tecnológica e Social, em parceria com UEAP e UNIFAP e iniciativa privada visando ao estímulo da reflexão e da pesquisa, proporcionando recursos para a conquista de inovações com consequências práticas para a vida dos Amapaenses;

- ❑ Instalar ambientes digitais nos bairros que permitam acesso à tecnologia para realização de ações culturais tais como gravação de CDs, edição virtual de livros, criação de sites etc;
- ❑ Organizar roteiros culturais que possibilitem a circulação artística e a conexão com outros roteiros, a exemplo do Circuito Verde e do Corredor Cultural, com apoio da iniciativa privada e instituições do Sistema S (SESC, SENAC, Sesi, SEBRAE, Sest/Senat);
- ❑ Fortalecer o turismo ecológico e cultural do Amapá, com vistas a potencializá-la como polo de visitação permanente e integrado à rede de turismo existente na região;
- ❑ Fomentar as Cadeias Produtivas da Cultura, por meio de agentes e atividades envolvidos com a produção cultural, da criação ao consumo;
- ❑ Fortalecer o calendário contínuo de eventos, mostras e festivais nacionais e internacionais nas áreas de música, teatro, dança, artes visuais, moda, design etc., em parceria com instituições do Sistema S (SESC, SENAC, Sesi, SEBRAE, Sest/Senat);
- ❑ Incentivar o empreendedorismo cultural por meio de cursos e seminários sobre oportunidades de financiamento, qualificação de produtos e serviços, e assessoria para formação de empresas, cooperativas e associações em parceria com outras secretarias municipais e o Sistema S (SESC, SENAC, Sesi, SEBRAE, Sest/Senat);
- ❑ Implantar o Sistema Estadual de Cultura, com organização de Sistema de Informações e Indicadores Culturais, Programa de Formação de Gestores e Técnicos, Plano Estadual de Cultura, Sistema de Financiamento à Cultura, Sistema de Conselhos de Cultura;
- ❑ Reestruturar o Museu Sacaca (Macapá) e o Museu Indígena (Oiapoque);
- ❑ Criação do Festival Anual de Música Popular Amapaense;
- ❑ Criação de um Calendário para utilização regular bimestral do espaço da Feira da Fazendinha para atuação Cultural e Folclórica Regionais;
- ❑ Criação de Fundo Financeiro para incentivo à Cultura Amapaense;

2.14 - ESPORTE E LAZER

A história do Esporte no Amapá se confunde com a história do futebol no Estado que iniciou com alguns clubes na década de 40. A partir daí o Esporte de uma maneira geral vem sofrendo um precário incentivo por parte do Governo Estadual do Amapá. O Esporte atualmente é subsidiado pela SEDEL (Secretaria de Esporte e Lazer) que conta com pouco recurso para implementar uma ação mais eficaz em relação ao Esporte.

2.14.1 - DIRETRIZES

- ❑ Fomentar o acesso da população aos equipamentos públicos, aproveitando áreas institucionais disponíveis, tais como, as praças, parques, campos de várzea, vias públicas, escolas, dentre outros, para a

prática do Esporte e do Lazer;

- ☐ Elaborar diagnósticos periódicos dos equipamentos e espaços de Esporte e Lazer existentes para subsidiar ações de manutenção e preservação constantes, bem como de áreas disponíveis para ampliação da infraestrutura física;
- ☐ Promover a distribuição espacial de recursos, serviços e equipamentos, segundo critérios de contingente populacional e indicadores sociais, para redução de desigualdades socioespaciais, suprimindo carências, especialmente em bairros de maior vulnerabilidade social;
- ☐ Implantar áreas multifuncionais para esporte e lazer no Estado, com instalação de equipamentos de diversão infantil nas praças, esportes radicais, Academias ao Ar Livre, reforma e criação de novos equipamentos, manutenção dos parques existentes e incentivo ao uso de áreas naturais para o lazer;
- ☐ Garantir estratégias de controle social para promover medidas educativas de conscientização da sociedade civil na preservação e gestão dos espaços públicos esportivos e de lazer;
- ☐ Promover a acessibilidade aos equipamentos, mediante oferta de rede física adequada, e viabilizar programas de esportes e lazer para inclusão das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; Desenvolver atividades orientadas de atividade e lazer em massa (caminhadas, ginásticas, passeios, etc), visando o envolvimento da população na prática saudável do esporte e lazer, necessários ao equilíbrio psicofisiológico do homem moderno;
- ☐ Manter sistema de animação cultural e esportiva, por meio de calendário de eventos e da instalação de novas atividades permanentes;
- ☐ Ampliar a atuação das “ruas de lazer” e atividades de recreação, prioritariamente para as populações periféricas e populações rurais;
- ☐ Fomentar o esporte de formação e de alto rendimento, com elaboração de programas específicos e utilização de infraestrutura nas escolas, ginásios e quadras poliesportivas nos bairros, garantindo ampliação da infraestrutura existente para diferentes modalidades a nível olímpico;
- ☐ Reforma do Forte São José;
- ☐ Reforma das praças e logradouros públicos;

2.15. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Recentemente divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Síntese de Indicadores Sociais 2017 revela que a pobreza no Estado do Amapá entrou em espiral crescente nos últimos três anos. Conforme o estudo, o Amapá tem 33 mil crianças em situação de extrema pobreza.

O número de pessoas na faixa da pobreza dobrando no período de um ano, passando de 6,54% para 13,42% da população. Ou seja, são centenas de amapaenses sobrevivendo com menos de R\$ 5,50 por dia, equivalente a uma

renda mensal de R\$ 387,07 em valores de 2016.

O estudo, de alcance nacional, também revelou que um quarto da população, ou 52,168 milhões de brasileiros, estavam abaixo da linha de pobreza estipulada pelo Banco Mundial em 2016, ano mais agudo da recessão.

É claro que o Amapá não foge à regra da má gestão do dinheiro público dos cidadãos brasileiros, com arrecadação pífia e culturalmente sobrevivendo da chamada economia do contra cheque do funcionalismo público, onde a iniciativa privada trava uma guerra desleal para sobreviver com suas Micro e Pequenas Empresas-MPE's, torna-se urgente mudar comportamento e atitudes dos governantes eleitos como representantes do povo para criar políticas que possibilitem o equilíbrio das contas públicas.

2.15.1- GASTO PÚBLICO

É preciso reduzir a rigidez dos gastos do governo para que as receitas sejam poupadas, de maneira a financiar despesas em períodos de crescimento econômico menor. Além disso, as metas de resultado primário devem levar em conta o ciclo econômico.

2.15.2 - RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) precisa ser regulamentada. Ela impede que novas despesas sejam criadas sem fontes de financiamento adequadas. Também deve-se implantar um conselho fiscal que padronize os critérios de contabilidade pública.

2.15.3 - IMPOSTOS

A complexidade do sistema tributário têm consequências negativas sobre a produtividade e o crescimento, pois empresas e produtos semelhantes são tributados de maneira desigual. Daí a necessidade de se buscar simplificação e isonomia sem criar distorções.

2.15.4 - COMPETITIVIDADE

É preciso abrir mais a economia com acordos multilaterais, e reduzir tarifas de importação, permitindo-se o ajuste das empresas locais. Isso permitiria o maior acesso a insumos e bens mais eficientes, aumentando a produtividade e estimulando a produção.

2.15.5 - PORTOS

A atividade portuária pode ser resumida em um sistema linear composto de um centro de negócios, que abrange diversos setores da economia citando como a agricultura e minério, com isto, todos os setores da economia, inclusive

os de serviços, estão hoje presentes na agenda de exportação e importação portuária brasileira.

A construção e/ou a ampliação de portos de grande operacionalização na região do Estado Amapá, justifica-se por ser o ponto geográfico brasileiro mais próximo da Europa, da África e da saída para o Caribe e o Canal do Panamá, que é o grande facilitador da logística internacional.

O único porto hoje movimenta principalmente minério de ferro, derivados de petróleo e pallets de madeira, mas o carro-chefe deverá após o upgrade no setor portuário ser mesmo o agronegócio que abrirá corredores de escoamento de produção de soja do Mato Grosso e para Amapá.

A operação portuária não se reduz única e exclusivamente à faixa do cais, pois é preciso um grande esforço de um sistema de logística, que vai desde os armazéns e entre postos no interior do País, até a sua concretização de armazenamento na retroportuária e no acondicionamento dentro das embarcações.

Dentro da própria área primária do porto, as atividades se dividem em:

- ❖ Capatazia - atividade de movimentação de mercadoria nas instalações portuárias, que compreendem: recebimento, conferência, transporte interno, abertura de volumes para conferência aduaneira, manipulação e arrumação e entrega de carregamento e descarregamento de embarcações, quando estas efetuadas por aparelhos portuários. Capatazia é o trabalhador portuário de terra.
- ❖ Estiva – atividade da movimentação de mercadoria nos convés e/ou nos porões das embarcações, que podem ser principais ou auxiliares, incluindo o transbordo. Compreende-se por estivagem a arrumação, peaço, despeço bem como carregamento, descarregamento realizados por equipamentos de bordo ou de terra (transtainer).
- ❖ Conferência de carga – é a contagem de volumes, anotação de suas características, procedência ou destino, verificação de estado da mercadoria, pesagem, conferência de manifesto/romaneio e serviços correlatos na operação de carregamento e descarregamento de embarcações.
- ❖ Conserto de carga – é o reparo ou a restauração de embalagens na operação de carregamento ou descarregamento da embarcação. Compreende-se como reembalagem, marcação, remarcação, carimbagem, etiquetagem, abertura ou fechamento de domínios.
- ❖ Vigilância de embarcação – atividade de fiscalização da entrada e saída de pessoas a bordo das embarcações atracadas ou fundeadas ao largo, bem como a movimentação de mercadoria nos portalós, rampas, porões, conveses e plataformas ou

em qualquer outro lugar da embarcação.

- ❖ Bloco – é a atividade de limpeza, conservação das embarcações, assim como seus tanques, forragem de porão, batimento de ferrugem, pintura, reparo de pequenas montas e seus serviços correlatos.
- ❖ Operador portuário – é o responsável por toda realização das operações portuárias, que é indispensável à sua intervenção no controle das operações portuárias.
- ❖ Com isto, comprova-se assim que a atividade portuária é, na sua essência, um aglomerado produtivo cuja especialidade é a movimentação de mercadoria oriunda de embarcações marítimas ou fluviais numa área definida, que tem como objetivo o comércio exterior, com isto gerando divisas e fazendo o equilíbrio da balança comercial amapaense e conseqüentemente nacional.
- ❖ Além disso, o entorno do Porto deverão ser implantadas empresas parceiras que queiram trabalhar produtos e subprodutos como farelos, armazenamento de grãos, óleos ou outros produtos destinados à exportação.

2.15.5.1 - DIRETRIZES

- ✓ Construção de área portuária com estrutura internacional para embarque e desembarque graneleiro e de containers, assim como também seus derivados;
- ✓ Ampliação do Parque Industrial de Santana;
- ✓ Rever os incentivos fiscais para implantação de novas indústrias produtivas nacionais e internacionais que queiram se instalar no Amapá gerando emprego e renda;
- ✓ Implantar um programa de desburocratização aduaneira para empresas que queiram se implantar no Amapá visando exportação de produtos graneleiros e seus derivados;

2.16 - ESTRADAS

A malha viária no Estado do Amapá é muito deficitária ocasionando transtornos para os usuários que a sua maioria são moradores locais e produtores agrícolas. Os ramais em época de chuva são praticamente intransitáveis.

2.16.1 - DIRETRIZES

- ✓ Pavimentação asfáltica da Estrada Macapá-Jari (BR 156 GOV. FEDERAL);
- ✓ Pavimentação asfáltica da Estrada Porto Grande – Serra do Navio (Perimetral Norte – BR210 GOV. FEDERAL);
- ✓ Abertura de ramais estaduais e corredores de escoamento viário da produção familiar no entorno dos municípios produtivos;
- ✓ Pavimentação asfáltica da BR 156 GOV. FEDERAL – Trecho entre Vila do Carnot e Oiapoque;

2.17 - COMÉRCIO EXTERIOR E GERAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Os indicadores do mercado de trabalho são impactados pelas políticas macroeconômicas, e pelo cenário nacional. No entanto, diversas ações locais, no nível do estadual, fazem a diferença e tem dinamizado regiões que apresentam pequeno crescimento.

No entanto, segundo pesquisas da Federação do Comércio de Bens Serviços e Turismo do Amapá FECOMÉRCIO/AP, o desemprego no Amapá já alcançou mais de 11 mil pessoas desempregadas, confirmando as estatísticas do IBGE/2017.

A importância do comércio exterior no processo de crescimento econômico de uma determinada região é destacada pela Teoria da Base de Exportação e pela Teoria da Base Econômica. No caso da primeira, a ideia é que o crescimento das exportações (atividade básica) gera um efeito multiplicador e de aceleração no setor de mercado interno, não-exportador, através do efeito-renda e dos efeitos de encadeamentos para trás e para frente no processo produtivo, criando demanda por serviços, como transportes, comunicações e financiamentos.

Neste sentido, a expansão das exportações é capaz de exercer um efeito multiplicador sobre as atividades do mercado interno não-exportador, impactando no setor terciário da economia local por meio da criação de demanda por serviços e, por conta disso, incrementando os níveis de renda e de emprego da população. As exportações, portanto, seriam um indutor do crescimento econômico do país ou região, sobretudo em economias pequenas.

2.17.1 - ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO - ZPES

O desenvolvimento econômico do Estado do Amapá passará obrigatoriamente pelo estímulo à instalação de Indústrias em todo o Estado bem como a conscientização dos comerciantes sobre os benefícios da ALCMS. Importa ainda o valor trazido pela ZPE em que toda a cadeia produtiva no Estado do Amapá possa ser utilizada para a exportação, principalmente para o platô das Guianas.

❖ O que são Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs)?

AS ZPEs são criadas para fomentar o investimento produtivo de capital nacional ou estrangeiro e para aumentar a competitividade das exportações brasileiras, além de contribuir para a agregação de valor à pauta de exportações, gerar empregos e renda, difundir novas tecnologias e promover o desenvolvimento econômico e social.

2.17.2 - DIRETRIZES

- ✓ O tratamento tributário aplicado às empresas instaladas em ZPE visa desonerar a produção exportável pela suspensão de impostos e contribuições federais para bens de capital (máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos) e para insumos (matérias primas, produtos intermediários e materiais de embalagem) que sejam adquiridos no mercado interno ou no exterior;
- ✓ O regime de ZPE em implantação no País é um importante instrumento de política industrial orientado para o aumento do valor agregado das exportações brasileiras. Como estabelecimento das ZPEs, empresas exportadoras passam a contar com mais um mecanismo para fomentar a competitividade de seus produtos nos mercados externos;
- ✓ As ZPEs caracterizam-se como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas à produção de bens a serem comercializados no exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro;
- ✓ As empresas que se instalam em ZPE têm acesso a tratamentos tributários, cambiais e administrativos específicos. Para o Brasil, além do esperado impacto positivo sobre o balanço de pagamentos decorrente da exportação de bens e da atração de investimentos estrangeiros diretos, há benefícios como a difusão tecnológica, a geração de empregos e o desenvolvimento econômico e social. Também podem manter no exterior, permanentemente, até 100% das suas receitas com exportações, não estando sujeitas aos limites fixados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN);
- ✓ As empresas instaladas nas ZPEs gozam dos seguintes incentivos fiscais, cambiais e administrativos concedidos pelo Governo Federal (Lei 11.508/2007, com as alterações introduzidas pelas Leis 11.732/2008 e 12.767/2012);
- ✓ Suspensão de impostos e contribuições (Imposto de Importação, IPI, PIS, COFINS, PIS- Importação e COFINS-Importação e Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante) nas aquisições no mercado interno e nas importações. Na importação de bens de capital, o incentivo se aplica a bens novos e também usados, estes últimos quando se tratar de conjunto industrial e que seja elemento constitutivo da integralização do capital social da empresa;

- ✓ As empresas podem destinar o correspondente a até 20% do valor da receita bruta resultante da venda de bens e serviços para o mercado interno. Entretanto, sobre estas vendas incidem, integralmente, todos os impostos e contribuições normais sobre a operação e mais os impostos/contribuições suspensos quando da importação ou aquisição de insumos no mercado interno;
- ✓ As empresas implantadas em ZPE localizada nas áreas da SUDAM, da SUDENE ou da SUDECO têm direito a diversos incentivos administrados por essas autarquias, sendo o mais importante deles a redução de 75% do IR pelo prazo de 10 anos;
- ✓ As empresas gozam de “liberdade cambial” (podem manter no exterior, permanentemente, 100% das divisas obtidas nas suas exportações; fora das ZPEs, essa faculdade não é garantida em lei, dependendo de resolução do Conselho Monetário Nacional);
- ✓ Nas suas importações e exportações, as empresas estão dispensadas de licenças ou autorizações de órgãos federais, que não sejam associadas aos controles de ordem sanitária, de interesse da segurança nacional ou de proteção ao meio ambiente;
- ✓ Os tratamentos fiscal, cambial e administrativo resumidos acima estão assegurados pelo prazo de até 20 anos, podendo ser prorrogados por igual período, no caso de investimentos de grande vulto, que exijam longos prazos de amortização; e
- ✓ Além disso, as empresas em ZPE também têm acesso aos seguintes benefícios disponíveis para qualquer outra, independentemente de estar localizada em ZPE ou não: redução a zero do IR sobre remessas para promoção comercial no exterior; preferências nas compras governamentais de bens e serviços de informática e automação; isenção e manutenção de crédito de IPI e depreciação acelerada para equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos novos; e vários benefícios (depreciação integral, redução de IR sobre remessas para registro de marcas etc.) para as empresas que atuarem em pesquisa e desenvolvimento e inovação tecnológica;
- ✓ Algumas dessas regras estão sendo aperfeiçoadas pelo Projeto de Lei 5.957/2013 (originariamente, PLS 764/2011), que está tramitando no Congresso Nacional;

2.18 As principais mudanças são (a) o aumento de 20% para 40% da parcela que poderá ser vendida no mercado interno; e (b) a inclusão dos serviços nas ZPEs (hoje, o regime está restrito às empresas industriais);

2.19 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O país como um todo apresenta diversos setores da economia que enfrentam dificuldades para diversificar suas exportações, as quais são fortemente concentradas em produtos primários, como soja e minério de ferro. O grande desafio brasileiro é passar a produzir e exportar produtos de maior valor

agregado, com mais conhecimento incorporado e, portanto, mais competitivos.

Considerando alguns aspectos necessários para que o Brasil possa investir em ações tecnológicas, tornando-se imprescindível que haja diminuição de impostos, facilidade em investimentos de crédito, e no Amapá a situação piora diante da triste realidade da economia do contra cheque.

O efeito causado pela grande crise econômica que assola o país tem efeito devastador em locais como o Amapá, que por apresentar inúmeros gargalos para sobrevivência da micro e pequena empresa, como transportes, escoamento de mercadorias para outros estados, apesar de possuir fronteiras como o Pará e a Guiana Francesa, a acessibilidade a estas localidades é um verdadeiro transtorno, onerando ainda mais os produtos e serviços oferecidos.

2.19.1 - DIRETRIZES

- ✓ Priorizar a atuação do Governo como agente indutor do desenvolvimento sustentável das MPE;
- ✓ Considerar a inovação tecnológica, a educação e a capacidade empreendedora como fatores primordiais para o desenvolvimento do Estado;
- ✓ Multiplicar parcerias com instituições públicas, privadas e do terceiro setor visando maior competitividade para as empresas locais;
- ✓ Intensificar a atuação do Governo junto aos órgãos competentes a garantir às empresas de MPE's acesso as ações tecnológicas para aumentar sua competitividade;

2.20 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A história do desenvolvimento econômico das terras amapaenses tem seu destaque na década de 40 (quarenta), com a exploração de minérios, de forma desordenada e sem nenhum plano de sustentabilidade, seja social, econômica, muito menos ambiental, ou seja, houve muita exploração e pouco desenvolvimento, condenando o Estado a ser apenas um grande negócio.

2.20.1 - ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS-APL's

No Brasil o conceito de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (ASPIs), foi criado e desenvolvido pela RedeSist no final da década de 1990 a metodologia traz importantes contribuições para as atividades desenvolvidas no setor de serviços para o Brasil, particularmente as chamadas indústrias criativas como a cultura e o turismo.

O sistema de APL's privilegia a investigação de aspectos tais como: relações entre conjuntos de empresas e destes com outros atores; fluxos de conhecimento, em particular, em sua dimensão tácita; bases dos processos de aprendizado para a capacitação produtiva, organizacional e inovativa, importância da proximidade geográfica, social e cultural como fontes de

diversidade e vantagens competitivas.

A participação dinâmica em arranjos produtivos locais tem auxiliado empresas, especialmente as MPE's (Micro e Pequenas Empresas) a ultrapassarem as conhecidas barreiras ao crescimento, produzirem eficientemente e comercializarem seus produtos em mercados nacionais e até internacionais.

A metodologia dos APL's como ferramenta de desenvolvimento consiste criar um modelo de desenvolvimento com foco para a sustentabilidade, partindo do pressuposto que a busca pelo crescimento econômico de um território jamais deverá ser dissociada ao respeito e observação dos efeitos sociais, ambientais e econômicos causados pela ação do homem no processo de geração de bens e serviços.

Apesar de alguns bancos oferecerem serviços linhas de crédito para o APL no Brasil, como os bancos Bradesco e Caixa Econômica, ainda persistem muitas ações burocráticas, o que dificulta demasiadamente o desenvolvimento das MPEs no país.

2.20.2 - DIRETRIZES

- ✓ Organizar redes de atores locais e criar instrumentos de governança compartilhada, por meio de planejamento participativo, identificação potencialidades locais e com isso a conquista da competitividade e da sustentabilidade das empresas e dos produtos;
- ✓ Apoiar o empreendedorismo local, facilitando o acesso a serviços de desenvolvimento empresarial (capacitação em gestão empresarial, inovação tecnológica, comercialização, acesso ao crédito, incubadoras de negócios etc.);
- ✓ Criar um ambiente favorável para as pequenas empresas locais, com menos burocracia, menos impostos, mais incentivos, utilizando instrumentos como a Lei Geral das MPE's, difundindo o empreendedorismo entre os jovens e as mulheres, de modo a reter os melhores talentos;
- ✓ Estimular a inovação e a diferenciação de produtos a partir da sua identidade territorial;

2.21 - EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo é considerado por muitos pesquisadores como um elemento impulsionador do crescimento e desenvolvimento econômico e social, argumentam ainda que a ideia de empreendedorismo representa peça chave no desenvolvimento de toda sociedade e a base de criação de sua riqueza. Ao se valorizar o empreendedorismo é possível dizer que também se está valorizando um tipo de riqueza fundamental em uma sociedade: os potenciais humanos.

2.21.1 - DIRETRIZES

- ✓ Criar políticas governamentais empreendedoras que contribuam para o fortalecimento;
- ✓ Oferecer serviços que facilitem as empresas locais a desenvolverem seus negócios sustentáveis;
- ✓ Realizar junto aos órgãos competentes políticas públicas voltadas para MPE's;
- ✓ Oferecer ações por meio de projetos que atendam a promoção e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios do Estado do Amapá;
- ✓ Fortalecer o empreendedorismo local em parceria com as instituições do setor ACIA, Fecomércio, FIAP, criando estratégias de atuação conjunta, e assim possibilitar o aumento da competitividade das MPE's no Estado;
- ✓ Apoiar e potencializar as ações de implementação da Lei Geral nos municípios em parceria com o Governo Federal e o SEBRAE/AP;

2.22 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Com foco na gestão de um governo sério de inclusão, inovação, de cidadania e responsabilidade, o projeto governamental será atacado com planejamento avaliando os custos e benefícios, buscando atuar com parceria compartilhada junto à sociedade civil e organizada e locais.

Promovendo a execução de obras, além de dar continuidade as existentes com eficiência e responsabilidade, baseado em projetos bem fiscalizados, e assim possibilitar a melhoria de qualidade de vida dos cidadãos amapaenses.

2.22.1 - DIRETRIZES

- ✓ O investimento em infraestrutura será uma das políticas de prioridade da gestão deste governo;
- Assegurará que os projetos/programas sigam a ordem do planejamento econômico/financeiro e que sejam fiscalizados por órgãos competentes;
- ✓ Implantação de amplo programa de hidrovias em todo o Estado, com pleno uso do potencial das bacias hidrográficas do Estado;
 - ✓ Melhoria constante da infraestrutura para a melhor prestação de serviços públicos, especialmente de transporte (em todos seus segmentos), energia, saneamento e telefonia (em suas modalidades), com garantia da qualidade do serviço;

- ✓ Não serão iniciadas obras sem o respectivo projeto básico e executivo confiáveis, nem tão pouco sem os respectivos orçamento e projeções plurianuais;
- ✓ Buscar recursos federais como parte importante para a infraestrutura no Estado que reconhecerá as obrigações do Estado no âmbito do planejamento e da regulação;
- ✓ Caberá ao Estado assegurar que os projetos obedeçam a uma lógica de planejamento, e que sejam regulados e fiscalizados por agências de fato independentes;
- ✓ Buscar junto com a bancada federal, recursos para finalizar a obra da ponte sobre o rio Jari, para entrega dos estados do Amapá e Pará.
- ✓ Buscar parceria com a iniciativa privada e poder público (PPP), para reativação da via férrea, que liga os municípios de Santana e Serra do Navio,

2.22. POLÍTICA AGRÍCOLA, PESCA E PISCICULTURA.

Atualmente o apoio técnico estadual agrícola, vem sendo feito precariamente através do Rurap, que é o principal protagonista nesta área. A maioria dos agricultores não contam com este apoio, portanto a safra fica afetada. As safras no Amapá vem aumentando devido ao próprio agricultor que acaba arcando com as despesas técnicas e contratando serviços técnicos terceirizados.

Hoje, as culturas de feijão caupi, milho e soja no estado do Amapá estão incluídas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Esta medida é referência para o agricultor obter benefícios do Programa de Garantia de Atividade Agropecuária (Proagro) e para o Seguro Rural. Os agricultores do Amapá que cultivam estes produtos agrícolas devem seguir as recomendações do Zoneamento para terem acesso aos dois programas.

Houve um crescimento no setor de produção de grãos que **superou os 26% do ano de 2017**, a safra agrícola do **Amapá** apontou uma tendência de elevação na produção em 2018, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**). A alta, porém, teve uma queda nos anos posteriores.

O indicador faz parte do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), elaborado mensalmente pelo órgão, e que aponta a possibilidade de elevação ou queda de acordo com a colheita local de cereais, leguminosas e oleaginosas. De fato em 2017 haviam cerca de 220 investidores de grãos no Amapá, e este número foi diminuindo ano após ano, chegando em 2022 com uma redução de cerca de 90%.

A expectativa para esse ano é uma produção de 62.905 toneladas de grãos, contra 58.608 de 2017. A soja permanece como principal item da safra amapaense e deve ocupar 92,6% da produção de grãos do Amapá com crescimento anual de 7,1%. A área plantada do grão também deve crescer 6%. "Apesar do atraso no plantio, em consequência das chuvas tardias, as constantes chuvas ocorridas nos meses de dezembro e janeiro nos principais estados produtores têm favorecido o

desenvolvimento da cultura", apontou o IBGE sobre o plantio da soja no Amapá.

Entre as demais colheitas no estado, destacam-se ainda a previsão de aumento na produção do arroz (18,2%), feijão (10,7%), milho (3,9%) e mandioca (3,6%). A cana-de-açúcar ficou estável e a laranja (- 5,7%) juntamente com a banana (- 0,4%) devem encerrar 2018 rendendo menos que ano passado.

Incentivar a Pesca e Piscicultura como atividade geradora de emprego no Estado do Amapá.

2.23.1 - DIRETRIZES:

- ✓ Reestruturar a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e RURAP: para apoiar os agricultores com visitas e orientações técnicas;
- ✓ Contratação de técnico Agrícola para atender principalmente os agricultores familiares Inclusão do município no PAA;
- ✓ Plano de Aquisição Familiar (agricultura familiar);
- ✓ Incentivar a Criação de cooperativas;
- ✓ Criação e incentivo a mecanismos de comercialização;
- ✓ Aquisição de Trator e implementos agrícolas com atendimento prioritário ao pequeno agricultor;
- ✓ Participação nas feiras agropecuárias como Municipais e Estaduais (Parque da Fazendinha);
- ✓ Realizar melhorias nas estradas, vicinais e o acesso às propriedades rurais;
- ✓ Aquisição de uma balança estadual para atender nossos produtores;
- ✓ Incentivar a comercialização direta de produtos agrícolas entre a prefeitura e produtor;
- ✓ Regularização da titulação de todas as propriedades rurais, com o reforço da unificação dos cadastros estaduais e federais no que diz respeito à titulação das propriedades, estabelecendo um cadastro único de terras;
- ✓ Fomentar recursos para Agricultura, Pesca e Aquicultura através da AFAP
- ✓ Incentivo a exportação de produtos como pescado, açaí, farinha, frutas e vários produtos primários, via BR156, para o platô por meio de um maior intercâmbio e alinhamento comercial com o Platô das Guianas, formado pela Guiana Francesa, Suriname, Guiana e sul da Venezuela, que hoje totalizam mais de 2 milhões de habitantes.
- ✓ Instituir parceria com iniciativa pública e privada (PPP), para implantação do projeto zona franca verde.

2.24 - TURISMO

Apesar da rica Cadeia Produtiva do Turismo que chega a alcançar mais

de 52 segmentos, como hotelaria, alimentação, agências de viagens, transportes dentre outros, é nítido que atualmente um dos grandes desafios de governos, empresas e instituições em geral é prever astendências e os cenários para planejar suas atividades, surgindo diversos questionamentos quanto as diretrizes para a política do turismo.

Ressaltando que o desenvolvimento do turismo no Amapá de forma insipiente, com a menor cifra entre os vinte e sete estados da federação, sendo superior somente ao Estado do Acre tendo sequência da ausência de grandes projetos no setor, e por ser um estado

relativamente novo, transformado a partir de 2003 de Departamento para Secretaria, com recursos próprios, e formulação de estratégias para o fomento do turismo local.

Baseado no PNT do MTur, o Amapá foi inserido no Programa de Regionalização à partir de 2003 com definição de 5 Polos Turísticos divididos por Região: Polo Extremo Norte, abrangendo os municípios de Oiapoque, Amapá Calçoene e Pracuúba, já no Polo Tumucumaque são quatro municípios se destacando os municípios de: Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Santana e Serra do Navio.

No Polo Pororoca, encontram-se os municípios de Cutias do Araguari, Ferreira Gomes, Itaubal do Piririm e Tartarugalzinho, todos com saída para o maior atrativo turístico natural do Estado o fenômeno da Pororoca, que atrai jornalistas, esportistas, surfistas e curiosos a nível nacional e internacional, curiosos em conhecer a maior onda de água doce do mundo.

Polos Castanhais com três municípios: Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Mazagão e o Polo Meio do Mundo no município de Macapá, considerado o único destino indutor dentre os 65 Destinos selecionados pelo MTur.

Todo o estado amapaense apresenta belíssimos atrativos naturais, com diversos balneários, a capital banhada pelo majestoso Rio Amazonas, onde está localizada a Fortaleza de São José, considerada a maior fortificação do mundo.

E fenômenos naturais como o Equinócio que ocorre nos meses de março e setembro com a mudança das estações, e o fenômeno da Pororoca que acontece nas luas cheias e novas, alcançando até 6mts de altura com longa duração, indo parar no livro dos Recordes Mundiais por um surfista paranaense que teve a proeza de surfar essa onda por 10min ininterruptos em 2006 no rio Araguari no Amapá.

Nova atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, produzido pelo Governo Federal, incluiu 10 municípios do Amapá distribuídos nas categorias de "A" a "D", e com essa classificação, as cidades podem solicitar recursos da União para eventos e estruturas que possam atrair turistas.

A quantidade de cidades é o dobro da última atualização, onde cinco cidades estavam na lista. Para figurar no Mapa, o Ministério do Turismo avaliou critérios como fluxo de visitantes, dotação orçamentária para eventos, além de políticas públicas estabelecidas para o setor.

As Cidades do Amapá no Mapa do Turismo

- ❖ Categoria A (aporte de até R\$ 800 mil): Macapá
- ❖ Categoria C (aporte de até R\$ 400 mil): Oiapoque
- ❖ Categoria D (aporte de até R\$ 150 mil): Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Mazagão, Porto Grande, Serra do Navio e Tartarugalzinho

A delimitação define o valor financeiro a que as prefeituras podem solicitar para eventos. Ao todo, o estado pode receber R\$ 2,4 milhões.

2.24.1- DIRETRIZES

- ✓ Elaboração do Plano Estadual de Turismo;
- ✓ Realização de concurso público para inserção da mão de obra qualificada existente no mercado local;
- ✓ Inserção da mão de obra qualificada nos espaços turísticos do Estado para melhor atender aos turistas e visitantes;
- ✓ Construção do Centro de Convenções em parceria com a bancada federal e instituições públicas e privadas do setor do turismo;
- ✓ Propor estratégias junto ao trade turístico para criação de ações fiscais que promovam o fomento do setor;
- ✓ Promover institucionalmente a cadeia do turismo do Estado a nível nacional e internacional;
- ✓ Debater e criar ações de fomento ao setor em parceria com o trade turístico e Instituições a fins;
- ✓ Executar as ações de responsabilidade institucionais junto ao governo federal e municipal;
- ✓ Elaboração, consolidação e divulgação dos calendários de eventos nas cidades, com o governo atuando como agente incentivador da promoção institucional desses eventos junto aos Municípios;
- ✓ Apoiar os eventos regionais em parceria com as iniciativas públicas e privadas;
- ✓ Privatizar terminal rodoviário estadual para melhorar os serviços oferecidos aos turistas e cidadãos amapaenses;
- ✓ Incentivo ao crescimento dos investimentos em infraestrutura turística, para permitir a expansão da atividade e a melhoria da qualidade do produto para o turista nas diversas regiões do Estado;
- ✓ Criação de metodologia de avaliação do estágio de desenvolvimento e competitividade dos destinos turísticos do Estado, para auxiliar o planejamento dos municípios alvo, desenvolvendo sua capacidade competitiva e incentivando a qualificação dos profissionais e gestores turísticos;

- ✓ Promoção dos valores culturais, ecológicos, gastronômicos dentre outros que possam gerar fluxo nacional e internacional de turismo para o Estado;
- ✓ Fomento à realização de pesquisas estatísticas, que produzam informações consistentes, para embasar as políticas públicas e os investimentos privados com foco na nossa diversidade cultural e no fomento do turismo sustentável;
- ✓ Capacitar, orientar as populações anfitriãs, sobre os benefícios diretos causados pelo fluxo turístico;
- ✓ Conscientização da população dos impactos econômicos positivos do Turismo na localidade onde moram, seja na geração de emprego e renda, na melhoria dos equipamentos urbanos e na qualidade dos serviços prestados;

2.25 – POPULAÇÃO INDÍGENA

A população indígena está distribuída em 8 etnias (Galibi-Marworno, Galibi, Karipuna, Waiãpi, Aparai, Tiriyó, Wayana e Palikur) por todo estado do Amapá e carece de uma atenção mais específica em virtude do acesso precário, o que agrava as dificuldades encontradas por estas etnias em relação às políticas públicas.

2.25.1 - DIRETRIZES

- ✓ Elaboração de uma política pública estadual específica para população indígena;
- ✓ Levar o ensino Superior através da Universidade do Estado do Amapá para mais próximas áreas indígenas proporcionando uma intercomunicação cultural e tecnológica, resguardando a sua cultura;
- ✓ Preservar a cultura indígena no Amapá a partir da divulgação de ações concretas da Secretaria de Povos Indígenas e do Museu Indígena do Oiapoque;
- ✓ Apoiar a Saúde Indígena através de ações realizadas pela SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena);

Executado pela executiva do PRTB Amapá e colaboradores.